



CIBEC/INEP



B0004760

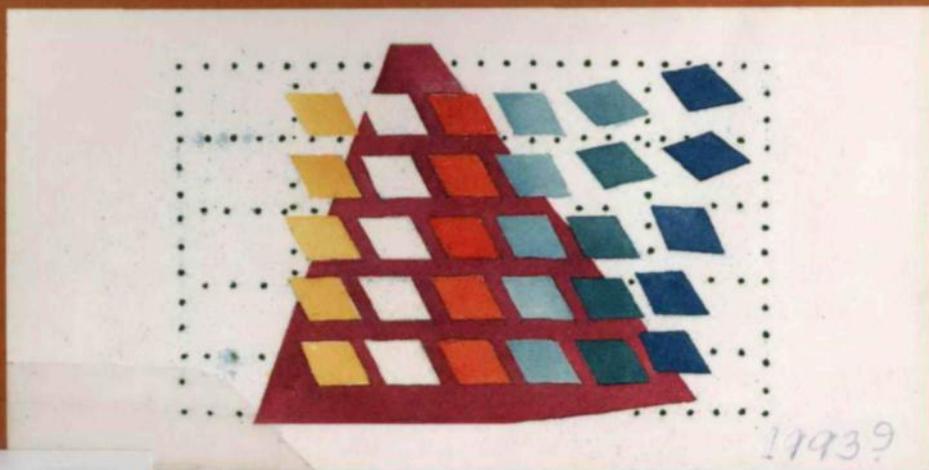
EDUCAÇÃO BÁSICA

SÉRIE

Institucional

Volume 9

POR UMA ESCOLA DE CIDADÃOS



17939

7
57
P832p

MEC - FNUAP

POR UMA ESCOLA DE CIDADÃOS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Itamar Franco

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

Murílio de Avellar Hingel

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Antônio José Barbosa

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Maria Aglaê de Medeiros Machado

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Célio da Cunha

COORDENAÇÃO EDITORIAL

-CODEF

Nabiha Gebrim de Souza

Solange Maria de Fátima Gomes Paiva Castro

Anna Maria Lamberti

Heliane Morais Nascimento

Maria Maura Mattos

Luzia Costa de Sousa



Esta publicação foi realizada
com o apoio do Fundo de População
das Nações Unidas - FNUAP

CADERNOS EDUCAÇÃO BÁSICA

SÉRIE
INSTITUCIONAL
9

POR UMA ESCOLA DE CIDADÃOS

MEC/FNUAP

Caro professor,

Você está recebendo, juntamente com esta carta, um texto que tem por objetivo levá-lo a iniciar conosco troca de experiências e de reflexões sobre uma questão muito importante, e sobre a qual a escola tem grande responsabilidade: a formação do aluno enquanto cidadão. Este texto, aliás, como qualquer outro, não é definitivo, na medida em que é parte de um processo em que, como professor, você pode dar uma contribuição muito importante. E justamente por isso que nos dirigimos a você que conhece de perto a situação da educação no nosso país, enfrenta os problemas do dia-a-dia na sua escola e, conseqüentemente, é a pessoa rmais indicada para empreender essa caminhada junto conosco. Mas, antes de pedir a sua colaboração, queremos que saiba a origem desse texto e como ele foi elaborado.

Redigido por estudiosos do tema, a pedido do MEC, teve sua primeira versão submetida a outro grupo de estudiosos, professores e técnicos de órgãos educacionais, especialmente convocado para discuti-lo e acrescentar sugestões. Foi então escrita uma segunda versão, incorporando as sugestões rmais importantes e agora está sendo enviado para que você dê a sua colaboração.

Nossa expectativa é de que o texto estimule a escola para sua responsabilidade no desenvolvimento da consciência de cidadania nos alunos. Como dissemos, ele não é um texto acabado e pode se modificar em função das suas sugestões. Nova versão poderá ser feita para incorporá-las e, então, devolvida aos professores. Como é nosso objetivo que o texto se aperfeiçoe, pedimos a sua colaboração. Como fazê-lo?

Uma das maneiras de colaborar é contando-nos as suas impressões, as suas críticas sobre essa iniciativa e, principalmente, sobre o conteúdo do texto. Mas a nossa expectativa é muito mais ambiciosa: para nós é sumamente importante que nos conte se ele o incentivou a realizar algum trabalho com os seus alunos sobre o tema. Em caso positivo, que tipo de trabalho foi feito (ou vai ser tentado), que dificuldades surgiram (ou poderão surgir), o que acrescentaria ou mudaria no texto para que ele se tornasse mais adequado para realizar trabalho com os alunos. Se o texto não o motivar, gostaríamos que nos contasse, com a maior sinceridade, a razão pela qual não se sentiu incentivado a usá-lo.

Por outro lado, como o texto não é receita pronta, estamos abertos a receber sugestões de todos os tipos, desde novo(s) texto(s), até outras maneiras de levar adiante esse processo de conscientização da escola, uma vez que trabalhar com documentos escritos não é o único meio para desencadeá-lo. Mais ainda: caso você não concorde que esta questão deva ser tratada na escola, conforme propomos, também gostaríamos de ouvir a sua opinião. O importante é mantermos o diálogo.

Antes de passarmos ao texto, gostaríamos ainda de lembrar que não ignoramos a situação do professor no nosso País e as dificuldades que enfrenta para levar avante a sua tarefa. Se, por um lado, isto nos deixa constrangidos de lhe pedir mais esta colaboração, por outro nos sentimos bem à vontade, uma vez que o que lhe propomos - o seu empenho em comprometer a escola na luta pela cidadania - também implica na sua valorização como profissional. Engajado nessa luta de sua importância para o País, você estará lutando, em última instância, para uma mudança, para melhor, em sua própria condição.

Há muito coisa que podemos fazer. Começar a pensar na nossa responsabilidade de cidadãos e formadores de cidadãos é um primeiro passo. Evidentemente, o professor não é o único responsável em levar a escola a abraçar essa luta. Há necessidade de trabalhar o currículo, os materiais didáticos, a concepção de atenção integral às crianças e aos adolescentes, a integração com as famílias e a comunidade. Mostrar a responsabilidade dessas instâncias, pressioná-las para que elas mudem, é também um exercício de cidadania. Portanto, a atuação do professor extrapola a sala de aula e pode se exercer no contato com todos os responsáveis pela política educacional.

Para finalizar, gostaríamos de apresentar algumas questões que nos parecem merecer reflexão cuidadosa. Gostaríamos de saber sua opinião. Se não quiser nos enviar as respostas, tente, ao menos, conversar sobre elas com seus colegas. Elas abordam questões que o ajudarão a entender um pouco mais o nosso objetivo de tornar a educação, cada vez mais, comprometida na luta pela cidadania.

- ▣ *Como a escola poderia incentivar o exercício da cidadania desde a educação infantil?*
- ▣ *Na escola, como são tratadas as questões de etnia, cor, religião, classe social, sexo?*
- ▣ *Quando a escola avalia o fracasso escolar, ela examina os seus procedimentos ou busca fora dela a explicação para o insucesso dos alunos?*
- ▣ *A escola integra seus princípios metodológicos e filosóficos de trabalho à realidade na qual está inserida, integrando-se com as famílias e a comunidade?*
- ▣ *Qual o grau de consciência que o corpo docente e discente tem a respeito dos seus direitos e deveres para com a educação?*
- ▣ *Qual o grau de envolvimento da escola com a comunidade a que serve? Há programas de reforço visando a tornar esse convívio mais estreito?*
- ▣ *Como a escola pode atuar para oferecer à criança cuidados que a beneficiem em termos de atenção e desenvolvimento integrais, garantindo os direitos das crianças e dos adolescentes?*
- ▣ *De que forma é possível integrar serviços sociais necessários ao pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, tais como promoção da saúde, educação infantil, educação escolar, esportes e lazer, cultura, educação para o trabalho e defesa de direitos?*

POR UMA ESCOLA DE CIDADÃOS

A escola brasileira se depara, neste final de século, com uma série de desafios que, se forem devidamente enfrentados, podem colaborar decisivamente para romper a barreira do subdesenvolvimento e transformar o país que temos no país que queremos. Se é uma ingenuidade tocante imaginar uma escola todo-poderosa como fator fundamental de transformações sociais, é de um derrotismo irreal considerar a educação formal apenas caixa de ressonância acrítica da sociedade.

Otimizar as verbas da educação; definir uma política educacional coerente e de longo prazo e mantê-la durante diferentes governos; adequar o ensino à era da informática; manter os professores atualizados; integrar o saber universal ao universo regional sem descaracterizar as especificidades; manter aceso o interesse do aluno na escola, quando saberes mais estimulantes entram em sua sala pela televisão; estes e muitos outros são problemas que cabe ao educador consciente considerar. Os problemas são tamanhos que algumas questões são freqüentemente relegadas a um plano secundário, como se fossem periféricas ou superficiais. E o caso da cidadania, que só há muito pouco tempo tem merecido alguma atenção por parte das autoridades responsáveis pelo ensino, especialmente o elementar.

Afinal, qual o objetivo da escola, senão formar cidadãos? Todos sabemos que a escola enquadra, adequa, integra, desestimula atitudes antisociais, ajuda a transformar o educando num ser social. Ao passar valores específicos de uma região ou de um país, passa também comportamentos e permite ao aluno acesso ao patrimônio

cultural da humanidade. E os direitos e obrigações da cidadania são parte integrante desse patrimônio.

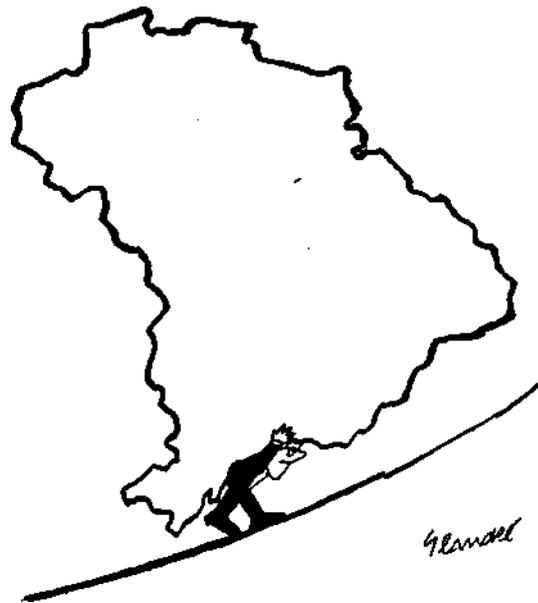
A cidadania não é, contudo, uma concepção abstrata, mas uma prática cotidiana. Ser cidadão não é simplesmente conhecer, mas sim viver. Não há possibilidade de ser cidadão num regime totalitário, como a Alemanha de Hitler, a Itália de Mussolini ou uma nação latino-americana submetida a governos militares. Isto não significa, contudo, que a democratização formal transforme, automaticamente, todos os habitantes do país em cidadãos. Costuma-se dizer que a cidadania, como a liberdade, não pode ser outorgada, mas sim conquistada. Se isto é verdadeiro, não é menos verdadeiro que cabe a nós, educadores, um papel fundamental no sentido de ampliar o debate sobre a questão da cidadania e os limites impostos à sua prática.

NOSSA TAREFA

Portanto essa tarefa da escola é gigantesca na medida em que as barreiras à prática da cidadania são inúmeras e podem ser detectadas em vários níveis da vida social. Não há inclusive possibilidade de que a escola sozinha venha a desempenhá-la. O nosso objetivo, é tão somente iniciar a discussão desse tema neste texto.

Uma boa maneira de fazê-lo, seria meditarmos um pouco sobre a dificuldade que encontramos para exercer plenamente a nossa cidadania, seja na esfera civil, social, política, enfim, sobre as barreiras que impedem a sua prática. Podemos dizer que muitas das dificuldades têm a ver com nossa própria história, com a maneira pela qual a Nação brasileira surgiu, e como ela se articula com o Estado. De fato, em nosso país o Estado precedeu a Nação, ao contrário do que ocorreu em outros países. Em 1822 estabelece-se como instituição jurídica o Estado brasileiro sem que houvesse ainda uma Nação brasileira. Noutras palavras, cria-se uma instituição jurídica sem a existência da correspondente base social.

Imposto sobre o povo e não criado por ele, o Estado brasileiro não o representava. Esta ausência de representatividade pode



ser percebida até hoje na forma como nos referimos ao nosso governo. Enquanto cidadãos europeus ou norte-americanos referem-se a atitudes de seus governos na primeira pessoa do plural (nós invadimos, nós erramos, etc), nos falamos do nosso governo na terceira pessoa do plural (eles invadiram, eles erraram, etc).

Por conta deste divórcio entre governo e sociedade, "eles" não nos respeitam e "nós" não lhes damos legitimidade. Não nos sentimos responsáveis pelos atos do governo, portanto não nos consideramos com obrigações diante das leis. Burlar a lei, sonegar impostos, atravessar sinais vermelhos, jogar lixo nas ruas, depredar escolas, arrancar páginas de livros tirados de bibliotecas, são atos que creditamos, freqüentemente, a nossa esperteza e rebeldia, nunca como lesivos à sociedade de cidadãos da qual nós mesmos fazemos parte. A democracia brasileira só se consolidará quando todos nós nos percebermos cidadãos, com direitos e deveres e não como um bando desarrumado e irresponsável de indivíduos.

Como se vê, o problema da cidadania tem várias facetas. Vamos, ao longo deste texto, nos ater a uma questão que está presente nas relações cotidianas de todos nós e que deve ser cuidadosamente

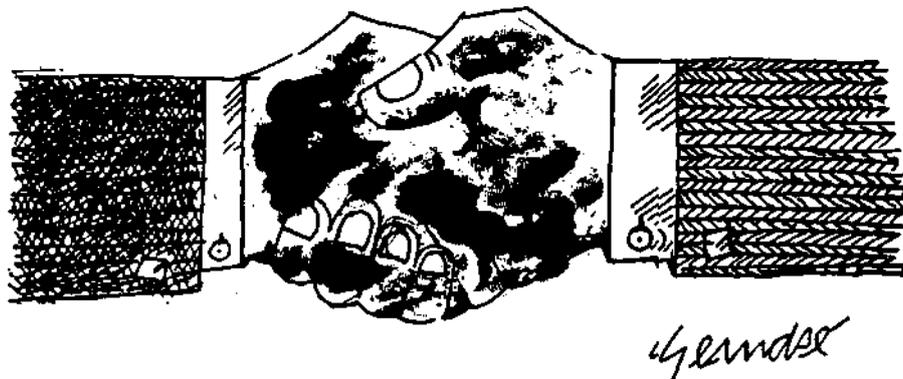
tratada na escola, onde se manifesta com mais freqüência do que gostaríamos de confessar. Além disso a escola é um local privilegiado não só para discutí-la mas para iniciar um trabalho de atenuação da sua força. Estamos falando da questão do preconceito e da discriminação, em suas rmais variadas formas.

EXISTE PRECONCEITO?

No passado gostávamos de dizer que no Brasil não existia o preconceito, éramos uma ilha de tolerância, o brasileiro era cordial por natureza. Importantes autores chegaram a afirmar que até nossa escravidão foi rmais amena, como se ser escravo pudesse ter algo de ameno...

Hoje, não só não temos mais esta ilusão como percebemos que o monstro da intolerância pode estar rmais perto do que imaginávamos... Identificá-lo, desmistificá-lo, enfrentá-lo com determinação, definir estratégias para combatê-lo: estas são as metas que temos pela frente.

Raramente admitimos que temos preconceitos ou que discriminamos alguém. Preconceito, nunca. Temos opiniões bem definidas sobre as coisas. Preconceito é outro *que(m)* tem... Mas se prestarmos atenção certamente nos lembraremos de certas afirmações que já fizemos ou costumamos fazer. Falamos sobre "as mulheres", a



partir de experiências pontuais; conhecemos "os políticos" após acompanhar a carreira de dois ou três; sabemos tudo sobre "os militares" por que o síndico do nosso prédio é um sargento aposentado. Mas discorremos de maneira especial sobre raças e nacionalidades e, por extensão, sobre atributos inerentes a pessoas nascidas em determinados países. O mecanismo funciona mais ou menos assim: estabelecemos uma expectativa de comportamento coletivo (nacional, regional, racial), a partir de umas poucas impressões sobre esses grupos e seus componentes, ou mesmo sem conhecermos pessoalmente nenhum membro do grupo sobre o qual pontificamos. Enfim, uma noção que formamos a partir de um exemplo ou de uma informação, é transplantada para toda uma categoria.

Afinal todos sabemos (sabemos?) que os franceses não tomam banho; os mexicanos são preguiçosos; os judeus, argentários; os árabes, desonestos, e por aí afora. Sabemos também que os cariocas são folgados; os nordestinos, miseráveis, etc. Sabemos ainda que o negro não tem o mesmo potencial que o branco, a não ser em algumas atividades bem definidas como o esporte, a música, a dança e algumas outras que exigem mais do corpo e menos da inteligência. Sabemos que os mexicanos são preguiçosos porque eles aparecem sempre dormindo embaixo dos seus enormes chapelões enquanto os diligentes americanos cuidam do gado e matam bandidos nos faroestes. Para comprovar que os italianos são ruidosos achamos o bastante freqüentar uma cantina no Bixiga. Falamos sobre a inferioridade do negro a partir da observação de sua condição sócio-econômica. E achamos que as praias do Rio de Janeiro cheias durante os dias de semana são prova do caráter folgado do cidadão carioca. Quando nos deparamos com uma exceção admitimos que alguém possa ser limpo apesar de francês; trabalhador, apesar de mexicano; discreto, apesar de italiano; honesto, apesar de árabe; desprendido do dinheiro, apesar de judeu, e por aí afora. Mas admitimos com relutância e em caráter totalmente excepcional. Raramente nos damos ao trabalho de analisar as nossas afirmações mais a fundo. Não nos preocupamos em estudar, em nos informar sobre o papel que a escravidão teve na formação histórica do negro brasileiro. Pouco atentamos para a realidade social do povo mexicano e de como ele aparece estereotipado no cinema hollywoodiano. Ao invés disso a nossa tendência é reproduzir, de forma acrítica, esses preconceitos que nos são passados por piadinhas,

por tradição familiar, pela religião, pela necessidade de compensar nossa real inferioridade individual por uma pretensa superioridade coletiva que assumimos ao carimbar o "outro" com a marca de qualquer inferioridade.

NÓS E O "OUTRO"

Temos pesos, medidas e até um vocabulário diferente para nos referirmos ao "nosso" e ao do "outro", numa atitude que, mais do que autocondescendência, não passa de preconceito puro. Por exemplo, a nossa é religião, a do outro é seita; nós temos fervor religioso, eles são fanáticos; nós acreditamos na lei de Deus (o nosso é sempre em maiúscula), eles são fundamentalistas; nós cometemos excessos compreensíveis, eles são um caso perdido; jogamos muito melhor, o adversário tem é sorte; e, finalmente, não temos preconceito, apenas opinião formada sobre as coisas.

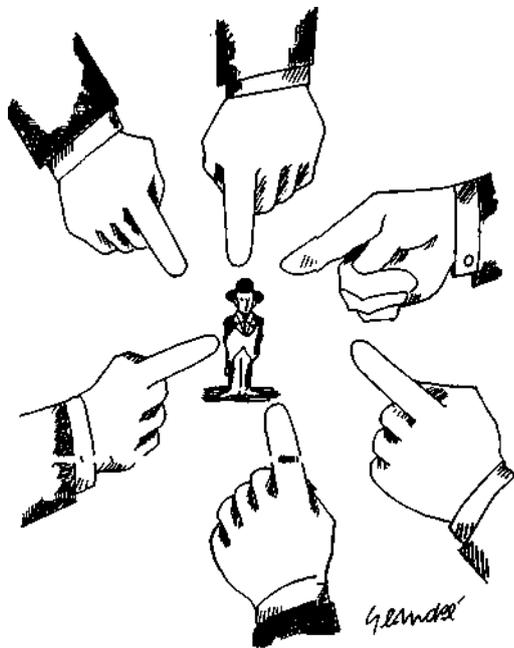
Ou deveríamos ser como aqueles que para afirmar qualquer coisa acham necessário estudar, observar atentamente, ponderar a origem da informação, as intenções de quem informa? Não só isso, mas adotar uma atitude receptiva a novos dados, mesmo que contrariem o nosso conhecimento anterior? Observar, estudar e agir, respeitando as diferenças, é o que se espera de cidadãos que acreditam na democracia e, de fato lutam por um mundo mais justo. De nada adianta praticar a nossa indignação moral diante da televisão, protestando contra limpezas raciais e discriminações pelo mundo afora, se não ficarmos atentos ao preconceito nosso de cada dia. É lógico que é importante protestar diante de discriminações alheias, mas não basta. Temos que estar atentos à maneira como nos expressamos a respeito dos povos, dos grupos sociais, pois podemos, ainda que involuntariamente, estar contribuindo para sedimentar preconceitos e discriminações.

A discriminação e o preconceito lavram um tanto quando falamos de uma suposta inferioridade da mulher com relação ao homem, do velho com relação ao jovem, do índio com relação ao branco. Se a mulher tem menos força que o homem, tem mais resistência e vive mais e, do ponto de vista intelectual não há nenhuma diferença entre eles. Se o jovem tem a pele mais lisa e mais vigor perde em

experiência e em tolerância e mesmo o mito da criatividade juvenil pode ser questionada por homens que fizeram suas descobertas ou criaram grandes obras já na velhice, como Goethe, Leonardo da Vinci e mesmo Albert Sabin. Já os índios podem nos dar enormes lições de vida, nós que nos julgamos os civilizados e vivemos em sociedades onde marginalizamos uma parte da população enquanto a outra teme a violência dos deserdados.

Agimos preconceituosamente contra os portadores de deficiências ao não cuidarmos de nossas calçadas (impedindo assim a passagem dos deficientes visuais), não termos transportes adequados para deficientes físicos e assim por diante. De resto, cultivamos no Brasil um histórico preconceito social contra os pobres. As cidades são feitas para os automóveis que raramente respeitam faróis para pedestres. Serviços públicos, pagos por todos, são considerados favor, seja na área da justiça, da saúde ou mesmo da educação. E não falta alguém que ainda diga que "brasileiro" não gosta de trabalhar. Ora, pois...

Portanto, antes de afirmar que uma categoria social é assim, devemos ponderar se é realmente assim. Se uma característica, um



comportamento qualquer aparece com certa freqüência em pessoas pertencentes a uma determinada categoria social, devemos ter o cuidado de não generalizar esse comportamento para o grupo como um todo, e, sobretudo, indagar *se isso realmente ocorre e por que* ocorre. Quando, por exemplo, vemos na televisão uma maior incidência de delinqüentes negros, temos a tendência de transpor aquela condição para o segmento negro como um todo, quase que de uma forma inconsciente. Devemos estar atentos a essa maneira de proceder, uma vez que se há negros delinqüentes, há também brancos delinqüentes e delinqüência não é uma *característica* do negro. Por outro lado, imagens como essas nos deveriam fazer meditar sobre por que isso ocorre.

CUIDADO COM AS GENERALIZAÇÕES

Um outro fato para o qual devemos estar atentos é que quando essas generalizações negativas atingem uma categoria social que de algum modo é discriminada, então, o prejuízo é maior pois não só reforçam o "clima negativo" que a envolve, o que por si só já é um grande mal, mas dificultam o processo de crescimento das pessoas que a ela pertencem na medida em que prejudicam a sua auto-confiança, requisito importante para que, inclusive, ela lute contra esse clima negativo.

Obviamente, nem todas as pessoas pertencentes às categorias discriminadas reagem da mesma maneira perante essas observações. Algumas são mais sensíveis e sofrem mais. Outras, parecem não se importar, embora não se saiba o quanto ficam magoadas e não demonstram. De qualquer modo, isso não justifica de forma alguma, esse tipo de procedimento. Agora, você já parou para pensar no prejuízo que os preconceitos podem causar para uma criança? Se eles afetam pessoas adultas, já amadurecidas, o que dizer de uma criança que está em processo de formação da sua personalidade, de desenvolvimento de sua identidade, inclusive identidade de grupo e que, portanto, necessita de modelos para poder se espelhar. Como fica a auto-estima, o sentimento de pertencimento de grupo dessa criança?

Uma outra consequência muito séria é que em geral essas imagens, passam a guiar o nosso comportamento quando interagimos com as pessoas dessas categorias. Ou seja, não nos relacionamos com a pessoa em função das suas características individuais, mas em função das características que lhe atribuímos, ou aprendemos a lhes atribuir, sem maiores reflexões. Enfim, criamos ou aceitamos sem maiores críticas *pré conceitos* e passamos a agir em função deles.

E verdade que um certo grau de antecipação é necessário para a nossa vida em sociedade, para que a todo o momento, não estejamos precisando criar comportamentos e esperar comportamentos diferentes dos demais membros da sociedade. Assim, se entramos num ônibus, sabemos que o cobrador espera que lhe paguemos a passagem. Deste modo, o nosso relacionamento com o cobrador será em função dessa expectativa. Mas isso é muito diferente das generalizações de que estamos aqui falando.

Como se observa, existe o preconceito, quando a nossa postura em relação a um grupo é resultado de uma expectativa que construímos ou que nos foi transmitida pelos nossos antepassados a seu respeito. Expectativa essas muitas vezes fruto de injunções históricas, políticas, ou mesmo de imagens que circulam na sociedade. Como consequência, o processo de interação que estabelecemos com os seus membros é quase sempre permeado por essa expectativa. Ou seja, no momento em que passamos a nos relacionar com pessoas do grupo temos a tendência em julgá-las em função desse pertencimento e não do que elas são individualmente. Por outro lado, é essa atitude preconceituosa que muitas vezes nos leva a atribuir ao grupo como um todo, os erros, os comportamentos negativos de seus membros.

O preconceito é portanto fruto de procedimentos levianos, uma vez que se baseia em generalizações, em paixões políticas e não num conhecimento sério e conseqüente.

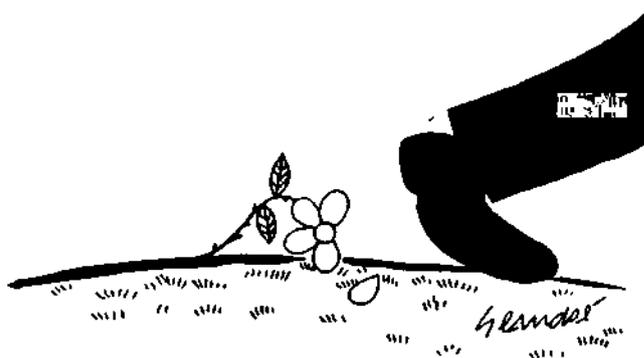
PRECONCEITOS POSITIVOS

É importante lembrar que os preconceitos, mesmo quando considerados positivos, podem ser prejudiciais, pois todo rótulo é uma

camisa de força. E toda camisa de força, ainda que com conotação positiva é negativa, na medida em que de um certo modo obriga os indivíduos a serem ou a se portarem de uma determinada maneira, mesmo que eles não queiram, ou não se adaptem àquele rótulo. É o caso de se exigir que um negro seja bom de samba; um japonês, especialista em produtos eletrônicos; um alemão, sistemático e assim por diante. Além disso todos os preconceitos, mesmo os considerados positivos, têm historicidade, quer dizer, alteram-se em momentos diferentes da história. Desconsiderar a história pode nos levar a ver de forma preconceituosa muitas pessoas que nos cercam.

Uma outra consequência mais grave ainda é quando em função dessas generalizações, dessas expectativas, passamos a tratar essas categorias ou pessoas dessas categorias de forma diferente, enfim, passamos a discriminá-las. Por exemplo, não contratar uma pessoa que tem igual ou até melhor qualificação que outras que estão pleiteando emprego numa firma, por ela ser negra, mulher ou migrante.

Mas o que de mais importante devemos ter em mente é de que as generalizações, os preconceitos, as discriminações, são perigosas, elas prejudicam as suas vítimas do ponto de vista psicológico, uma vez que lhes bloqueiam a criatividade e, conseqüentemente, as possibilidades de crescimento individual e social. Elas podem também ser extremamente maléficas na medida em que tornam as suas vítimas mais vulneráveis principalmente quando entram em jogo interesses divergentes, problemas sociais. Nesses casos, pode-se instalar uma crença generalizada, de que tais categorias são prejudiciais para a sociedade, são responsáveis por aquela situação de crise. São inúmeros os exemplos na história que mostram como em momentos de crise, em situações em que entra em jogo o poder, aqueles que são vítimas de preconceitos, que são considerados diferentes em função de características que lhes são atribuídas devido a sua cor, "raça" ou religião, passam a ser discriminados, muitas vezes instalando-se políticas oficiais de discriminação, de tratamento diferente e, em casos extremos, de eliminação. É a essas políticas e ações sistemáticas que damos o nome de racismo, uma vez que quase sempre atingem aqueles que são considerados de outra "raça". Dizemos, por exemplo, que a minoria branca que estava no poder na África do Sul praticava uma política racista na medida em que queria os negros separados da população branca.



PRECONCEITO E RACISMO

Como se observa, as diferenças entre preconceito, discriminação e racismo são tênues na medida em que *contêm* os mesmos componentes: leviandade, intolerância, dificuldade de aceitar o diferente. De fato, preconceito, discriminação, racismo na realidade estão interligados. Frequentemente, atitudes preconceituosas, predispõem os indivíduos a agirem de maneira discriminatória e a serem receptivos a manifestações de caráter racista.

E nesse sentido que uma sociedade democrática deve combater com todas as forças essas generalizações e imagens preconceituosas que permeiam o nosso cotidiano e que estão constantemente surgindo em função de novos acontecimentos. Uma democracia deve basear-se na igualdade de oportunidades e na distribuição igualitária de direitos e deveres entre seus membros. Que igualdade pode existir numa sociedade em que se pratica a discriminação e se pensa de maneira preconceituosa? Deve-se cuidar para que todos os cidadãos adotem uma postura crítica em relação a preconceito, discriminação ou qualquer forma de racismo impedindo que idéias deste teor sedimentem-se no imaginário das pessoas. E um trabalho que deve ser contínuo, e exercido em todas as frentes. Nesse contexto, o sistema educacional é uma das instâncias em que essa

ação pode se desenvolver mais sistematicamente. De fato, uma escola atenta a essas questões estará contribuindo para que o seu alunado se informe sobre as mesmas, como também para minimizar os seus efeitos seja na sociedade, seja no próprio âmbito da escola.

Falamos, é claro, em sistema educacional no sentido amplo, desde aqueles que pensam sobre a educação, até aqueles que a executam, propondo currículos, elaborando livros didáticos, indicando-os para adoção, formando professores e atuando no cotidiano da sala de aula. Todas essas instâncias têm uma contribuição importante a dar para tornar o educando um cidadão que respeita o seu semelhante independentemente da sua cor, sexo, origem, religião e cultura. Mas, ainda há um longo caminho a percorrer.

Há necessidade de se envidar esforços para que as contribuições daqueles que refletem sobre esses temas, pesquisadores, participantes de movimentos destinados a defender categorias discriminadas, integrem os estudos sobre educação, evasão e repetência, relação professor/aluno, conteúdos curriculares, livros didáticos, formação de professores.

Embora já seja razoável o acervo de conhecimento produzido sobre essas questões, são poucos os educadores que se mostram sensíveis a essa discussão, poucos cogitam em dimensionar a sua influência no desempenho do alunado. Um exemplo disso, é o fato de raramente os diagnósticos sobre educação incluírem a variável "raça", nas suas considerações...

Há necessidade de que os responsáveis pela elaboração dos currículos se empenhem para que as diferentes disciplinas estimulem, à luz dos seus conhecimentos, discussões sobre conceitos como "raça", etnia, nação, racismo, preconceito, estereótipo, etnocentrismo, bem como de todos os tipos de viéses e generalizações que levam a deturpações, concepções errôneas e levianas de outras culturas, "raças", etnias, povos e religiões. Para além dos significados é importante enfatizar as conseqüências que o uso leviano que todos nós fazemos de muitos desses conceitos no nosso cotidiano, possa ter, tanto para aqueles que são afetados como para aqueles que os utilizam, acabando por sedimentá-los.

Os autores e editores de livros didáticos, por sua vez, precisam estar mais atentos no sentido de evitar que os textos e as

ilustrações discriminem categorias sociais seja por omissão, seja por veicularem sobre elas imagens negativas e estereotipadas.

O PAPEL DO PROFESSOR

Outra questão muito importante, quase uma pré-condição para que as demais providências frutificassem diz respeito à formação do professor. Enquanto o professor não tiver uma formação neste campo do conhecimento que o habilite não só a transmiti-lo ao seu alunado, mas, sobretudo a levá-los compreender o alcance e a gravidade de tais questões, a amplitude de suas conseqüências, enfim uma formação que o estimule a se tornar um aliado dessa causa, pouca coisa poderá ser feita. Um professor sensível a essas questões certamente estará mais atento a atitudes preconceituosas e a atos discriminatórios, seja no contexto escolar, no material didático, ou mesmo na sociedade mais ampla; mostrará maior disposição em discutir essas questões, reconhecer seus próprios preconceitos e, provavelmente, será mais receptivo às sugestões e tentativas para tornar a escola um local onde realmente as crianças, independentemente da sua "raça", cor, religião, origem, se sintam bem e tenham possibilidade de se desenvolver plenamente. A sua postura, a sua atitude, poderão influir na maneira como os seus próprios alunos passarão a ver a questão, daí a necessidade de uma formação sólida, e de uma constante reciclagem do professorado.

No entanto, esse trabalho de desmistificação dos preconceitos, de conhecimento de como se formam, se sedimentam, do prejuízo que causam, enfim, esse processo de desconstrução é apenas um primeiro passo. Ele não estará completo se não houver concomitantemente uma ação no sentido de veicular informações sobre a realidade dos grupos discriminados, sobre os condicionantes históricos, sociais e culturais da sua situação social, sobre as suas realizações, as suas contribuições para a humanidade, enfim, os pontos positivos. Obviamente, no momento que combatemos uma imagem negativa, já estamos de um certo modo apresentando o outro lado da moeda. Mas é importante que esse aspecto positivo seja enfatizado. Essa é uma tarefa da sociedade como um todo e a ser desenvolvida em várias frentes, nos meios de comunicação, na produção literária, na

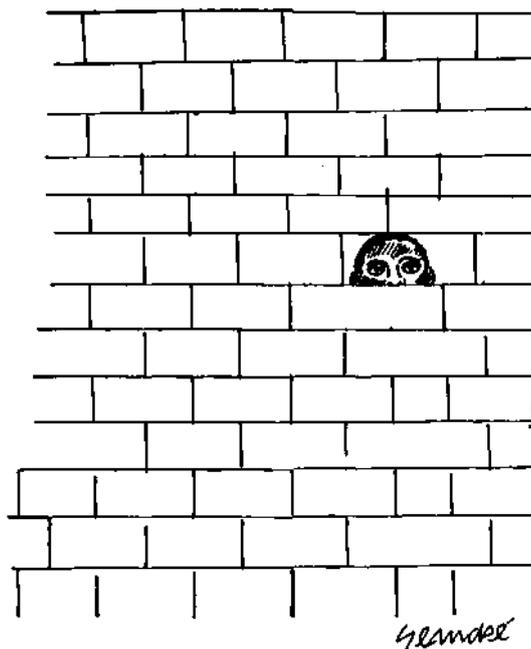
propaganda. Mas é o sistema educacional, em todas as suas instâncias, que tem condições de empreendê-la de modo mais sistemático e contínuo.

Os responsáveis pela elaboração das diretrizes curriculares, os autores e produtores de livros didáticos certamente contribuiriam muito se tivessem o cuidado de incluir no currículo escolar e nos livros das diferentes disciplinas, conteúdos e informações sobre a história, a cultura dos povos que formam a nação brasileira, sobre a sua contribuição para o país e sobre o contexto social e econômico em que ela ocorreu.

Tais conteúdos deveriam também integrar as disciplinas dos cursos de formação de professores para que, mais tarde, eles tivessem condições de trabalhá-las com os seus alunos. Outrossim, seria importante que o futuro professor se inteirasse dos recursos disponíveis para o desenvolvimento desses conteúdos em sala de aula. Os cursos poderiam informá-los ou colocá-los em contato com associações culturais, centros produtores de material impresso e visual sobre o tema bem como com as críticas e sugestões que as minorias sociais vem fazendo à sociedade e à escola em particular. Enfim, desenvolver no futuro professor uma postura de pesquisa constante de fontes que pudessem melhorar os seus e os conhecimentos dos seus alunos sobre essas questões.

Além disso, esses cursos deveriam passar aos futuros professores informações que os estimulassem a perceber a necessidade de se trabalhar positivamente a identidade "racial", "étnica", "regional", "religiosa" do alunado, da importância que essa iniciativa tem para a formação da personalidade do aluno, do seu auto-conceito, do seu sentimento de pertencimento ao grupo do qual se origina e, inclusive, para o seu aproveitamento na escola. Uma criança que se sente valorizada na escola, que reconhece nos conteúdos que aí são veiculados pontos de contato com a sua cultura de origem ou de seus antepassados, certamente se sentirá mais motivada, mais predisposta a aceitá-la e a desenvolver as tarefas que lhe são solicitadas.

Ainda, os autores e editores de livros poderiam contribuir produzindo livros de história de diferentes povos, de episódios em que segmentos, comumente não contemplados nos currículos escolares, estiveram envolvidos; livros de literatura em que os componentes de grupos discriminados na nossa sociedade aparecessem como verdadeiros



personagens, com toda a riqueza que caracteriza um personagem. Editar livros de autores oriundos desses grupos também seria interessante na medida em que o conhecimento dos seus pontos de vista, da sua visão de mundo, das suas angústias e expectativas poderia contribuir para reverter imagens preconceituosas que se tem dos mesmos.

A HORA DA AÇÃO

Como se vê, a tarefa é imensa e o professor certamente é uma peça essencial nesse processo. Independentemente da pressão que *pode e deve* exercer (afinal não estamos falando nos deveres e nos direitos do cidadão?) cobrando dessas instâncias ações mais incisivas nesse particular, adotando livros e materiais didáticos mais condizentes com os ideais de uma sociedade democrática e não discriminatória, independente do seu trabalho de desconstrução dos preconceitos que deve ser contínuo e sem tréguas, o professor também pode exercer

uma ação de valorização dos alunos que pertencem a grupos que comumente são discriminados na sociedade. Nesse sentido é importante criar um ambiente estimulante e acolhedor, para *todas as crianças independentemente das suas diferenças*, sejam elas raciais, culturais, religiosas, físicas; incentivar e dar oportunidade a todas de se manifestarem, de se posicionarem; aproveitar todas as ocasiões para *evidenciar de modo positivo* o grupo de origem dos alunos pertencentes às minorias sociais, seja no relacionamento com os mesmos, no desenvolvimento da matéria, na postura que adota perante acontecimentos em que estiveram envolvidos, seja no próprio ambiente escolar. Nesse sentido, é importante que pessoas de diferentes origens apareçam nos materiais visuais que enfeitam as salas de aula tanto em cenas do cotidiano, como em cenas que mostrem a sua participação nos acontecimentos históricos e a sua contribuição para o nosso desenvolvimento. Não se pode esquecer que tais providências não vão só beneficiar aqueles que são discriminados, que são vítimas de preconceitos. Todos se beneficiarão na medida em que estarão tomando conhecimento de outras culturas, outras visões de mundo e, sobretudo, estarão aprendendo uma postura de respeito ao seu semelhante, mesmo que ele seja diferente ou considerado como tal.

As explicações do fracasso escolar baseadas nas teorias de déficit e da diferença cultural precisam ser revistas a partir do conhecimento dos mecanismos escolares produtores de dificuldades de aprendizagem. Tudo indica que a tese segundo a qual o professor da escola pública de primeiro grau, principalmente em suas duas primeiras séries, ensina segundo modelos adequados à aprendizagem de um aluno ideal, não encontra correspondência na realidade; da mesma forma, a afirmação de que o ensino que se oferece a estas crianças é inadequado porque parte da suposição de que elas possuem habilidades que na verdade não têm, também pede uma revisão. A inadequação da escola decorre muito mais de sua má qualidade, da suposição de que os alunos não têm habilidades que na realidade muitas vezes possuem, da expectativa de que a clientela não aprenda ou que o faça em condições em vários sentidos adversas à aprendizagem, tudo isso a partir de uma desvalorização social dos usuários mais empobrecidos da escola pública elementar.

Maria Helena Souza Patto



PLANO DECENAL
DE EDUCAÇÃO
PARA TODOS

